



Punição a empresas corruptoras vira lei

Regra sancionada sexta-feira integra pauta definida após manifestações nas ruas. Para Renan, medida é “mecanismo fundamental” no combate à corrupção

Empresas envolvidas em atos contra a administração pública receberão multas de até 20% do faturamento bruto ou de até R\$ 60 milhões, caso o faturamento não possa ser calculado, e terão os nomes divulgados no Cadastro Nacional de Empresas Punidas. Até agora, a

punição atingia apenas pessoas físicas. A regra, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, entra em vigor em 180 dias. No dia da aprovação no Plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros, enalteceu a iniciativa, que faz parte da pauta prioritária definida após os protestos populares de junho. 4

Peças do Império estarão no Congresso

Nesta quinta-feira, será aberta no Congresso Nacional exposição sobre os 190 anos do Poder Legislativo. Serão exibidas peças do Museu Imperial, de Petrópolis (RJ). 2



Gerardo Magela/Agência Senado

A exposição sobre os 190 anos do Poder Legislativo começa a ser montada



Reprodução/Bill Maher Show

Glenn Greenwald, do jornal britânico *The Guardian*, mora no Rio de Janeiro

Jornalista dos EUA fala sobre espionagem

O colunista do *The Guardian* Glenn Greenwald, que expôs os programas secretos do governo dos Estados Unidos de interceptação de telefonemas e e-mails, participará amanhã de audiência na Comissão de Relações Exteriores. 3



Lobão debate código da mineração

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, participa hoje de uma audiência pública no Senado sobre a proposta do novo marco regulatório da mineração,

recém-enviada pelo governo ao Congresso Nacional. O objetivo do projeto é elevar a extração e o processamento de minerais no país. 3

Comissão vota amanhã proposta de malha fina para políticos 2

Estatuto da Juventude será sancionado hoje em evento 4

Congresso promulga a PEC das Defensorias amanhã 4

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012

Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei

SENADO FEDERAL

Criação e Marketing

Mostra com peças originais do Império celebra os 190 anos da criação do Poder Legislativo no Brasil; entre os destaques está quadro que retrata a princesa Isabel prestando juramento no Senado

Congresso terá exposição com peças do Museu Imperial

NESTE ANO, A primeira Assembleia Constituinte brasileira completa 190 anos. Para celebrar o aniversário do Poder Legislativo, o Congresso Nacional receberá 54 peças originais do Império e 45 reproduções que compõem o acervo do Museu Imperial, de Petrópolis (RJ). Um exemplar da Constituição de 1824 será um dos destaques.

As obras integram a exposição *O Império em Brasília: 190 anos da Assembleia Constituinte de 1823*, que será aberta na quinta-feira, no Salão Negro.

— Estamos falando de uma exposição que trata dos 190 anos da primeira Constituinte do Brasil, em 1823, com o acervo usado pelos constituintes, um acervo relativo à fundação do Estado nacional brasileiro e que estará no Congresso Nacional. Isso é muito importante — afirmou o diretor do Museu



Equipe técnica prepara abertura da exposição de obras do museu de Petrópolis

Imperial, Maurício Ferreira. Muitas dessas peças estão saindo pela primeira vez do museu, como o quadro *Juramento da Princesa Isabel*, de 1872, de Victor Meirelles, que mostra a herdeira do trono ao prestar juramento no Senado do Império, quando assumiu a regência pela primeira vez. O público também poderá conhecer objetos como o elmo original dos Dragões da Independência, de 1822, utilizado

como modelo para os atuais. A exposição tem curadoria de Ricardo Oriá, Clarissa Castro e Maurício Ferreira e é resultado do trabalho conjunto entre a Câmara dos Deputados e o Senado em parceria com o Museu Imperial, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) e a Fundação Armando Alvares Penteado (Faap). A exposição poderá ser vista até 20 de outubro, diariamente, das 9h às 17h. Entrada gratuita.

Comissão vota amanhã “malha fina” para políticos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode analisar amanhã, em decisão terminativa, o projeto que prevê a inclusão automática e obrigatória, na chamada malha fina, de políticos com mandato conquistado nas urnas. De acordo com o autor da proposta (PLS 99/2009),

Cristovam Buarque (PDT-DF), o regime especial de fiscalização da Receita Federal deve ser aplicado a quem está investido da função de administrador de bens coletivos e dispõe de poderes que, na ausência de controles, podem ser usados indevidamente. O relator na CAE, Eduardo Suplicy (PT-SP), é

favorável, em desacordo com o parecer antes emitido pela CCIJ. A pauta tem ainda outros dois projetos relacionados a Imposto de Renda: o que eleva a idade dos dependentes (PLS 145/2008) e o que permite dedução no imposto a empresas que empreguem pessoas com deficiência (PLS 391/2012).

Gilmar Mendes dará aula inaugural no ILB

Com palestra do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, será realizada amanhã a aula inaugural dos cursos de pós-graduação em Direito Legislativo e Administração Legislativa, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O evento terá a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros. Para os 80 aprovados no processo seletivo de inscrição nos dois cursos, entre funcionários do Senado e de órgãos

conveniados, Gilmar Mendes falará sobre o tema “Estado democrático de direito: relações entre o Legislativo e o Judiciário”.



Ministro Gilmar Mendes é o convidado para abertura dos cursos

Cada curso oferece 40 vagas, com 12 disciplinas e 360 horas-aula presenciais, mais 60 horas para o trabalho de conclusão. Além disso, os alunos serão estimulados a participar de atividades complementares, como seminários. As aulas serão ministradas por professores internos — servidores do Senado com titulação, experiência pedagógica e conhecimento profissional nas áreas específicas dos cursos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.
- PRESIDÊNCIA Estatuto da Juventude**
15h Cerimônia de sanção do Estatuto da Juventude, no Palácio do Planalto; 19h30, ato em defesa da saúde na Câmara.
- CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Ancine**
9h30 Reunião para analisar leis e regulamentos da Ancine. Na segunda parte da reunião, o conselho vota relatório sobre regulamentação do direito de resposta.
- CÓDIGO COMERCIAL Juristas**
14h Reunião administrativa da comissão de juristas que elabora anteprojeto do novo Código Comercial.
- LEI DE LICITAÇÕES Audiência**
18h A comissão destinada a modernizar a Lei de Licitações realiza audiência para colher sugestões sobre o assunto.
- CI Ciclo de palestras**
18h O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, fala sobre mineração, governança e logística, dentro do ciclo de palestras que trata de investimento e gestão.

TERÇA

- CMA Refinaria nos EUA**
8h30 A Comissão ouve o ex-presidente da Petrobras José Sergio Gabrielli, que deverá prestar esclarecimentos sobre compra de refinaria na cidade de Pasadena (Texas), nos Estados Unidos.
- CCT Desastres climáticos**
9h Votação de substitutivo a projeto que institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos. Também analisa autorizações de serviços de radiodifusão.
- CAE Malha fina**
10h Projeto que prevê a inclusão automática de políticos na malha fina deverá ser examinado na comissão.
- CE Residência pedagógica**
11h Projeto na pauta da comissão institui a residência pedagógica para formação de professores da educação básica.
- PALESTRA Gilmar Mendes**
11h O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes dará aula inaugural de cursos de pós-graduação do ILB.

QUARTA

- CONGRESSO Defensoria Pública**
12h30 Reunião do Congresso para promulgar a proposta que concede autonomia às Defensorias Públicas da União e do DF.
- CRE Espionagem**
14h30 O jornalista Glenn Greenwald, que divulgou esquema norte-americano de espionagem, participa de audiência na comissão.
- CI Lei mineral**
7h30 Modernização da legislação mineral é tema de audiência pública na comissão, dentro do ciclo de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país.
- CAS Controle de drogas**
9h Na pauta da comissão, projeto que trata do controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos para proibir a comercialização e a prescrição de anfetaminas.
- CE Pró-Infância**
10h Em debate na comissão, o Programa Pró-Infância, com a participação do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, José Carlos Wanderley Dias de Freitas.
- CCJ Homicídio de jornalista**
10h A comissão vota o projeto que dá prioridade no julgamento de crimes de homicídio contra jornalistas em razão da profissão. Antes, analisa a indicação de Deborah Cioffi para o Conselho Nacional de Justiça.
- CONGRESSO Portal**
12h Lançamento do Portal do Congresso Nacional.

QUINTA

- EXPOSIÇÃO Peças do Império**
9h/17h O Congresso abre a exposição *O Império em Brasília: 190 anos da Assembleia Constituinte de 1823*, no Salão Negro. A mostra recebe 54 peças originais do período do Império. A visita pode ser feita até o dia 20 de outubro, todos os dias.

SEXTA

- CDR Seminário em Aracaju**
8h A comissão realiza um seminário em Aracaju sobre o turismo e o desenvolvimento regional do Nordeste. O evento tem apoio da Comissão de Turismo da Câmara.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora-adjunta: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: [@jornaldosenado](https://twitter.com/jornaldosenado) — facebook.com/jornaldosenado
Tel.: 0800 612211 — Fax: (61) 3303-3137 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

Jornalista americano fala ao Senado sobre espionagem

Glenn Greenwald, do jornal britânico *The Guardian*, participará amanhã de audiência pública; foi ele quem expôs os programas secretos do governo dos EUA de interceptação de telefonemas e e-mails

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) receberá amanhã o colunista Glenn Greenwald, do jornal britânico *The Guardian*, responsável por expor os programas secretos americanos de interceptação de dados vazados pelo ex-técnico da agência de segurança americana (NSA) Edward Snowden.

Greenwald participará da audiência pública da comissão convocada para discutir as denúncias sobre a existência de uma rede de espionagem montada no Brasil pelo governo dos Estados Unidos.

A audiência foi pedida pelo presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES),

e por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Para Ferraço, Greenwald pode fornecer informações mais precisas sobre o monitoramento feito pelos americanos no país, o que irá contribuir para o relatório a ser elaborado pela comissão sobre o caso, incluindo a identificação das falhas nos sistemas de segurança brasileiros e a cobrança de uma atitude firme do governo quanto à questão.

Em audiência no mês passado, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, admitiu que o país tem vulnerabilidades no sigilo de comunicações eletrônicas e telefônicas.

O americano Greenwald, que também é advogado e blogueiro, vive no Rio há oito anos. Em maio, publicou reportagem no *The Guardian* sobre a existência de uma ordem judicial secreta que permitia à NSA monitorar milhões de registros telefônicos nos Estados Unidos.

No dia 7 de julho, uma reportagem do jornal *O Globo* revelou que a espionagem atingiu também o Brasil. De acordo com o texto, milhões de telefones e e-mails de brasileiros foram monitorados a partir de uma base de espionagem por satélite em Brasília, que teria funcionado pelo menos até 2002.



Mozarildo vê risco à democracia em dados revelados por pesquisa

Para Mozarildo, baixa confiança em instituições preocupa

Ao expor os resultados de uma recente pesquisa de opinião pública realizada pelo Ibope sobre o nível de credibilidade das instituições brasileiras, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a democracia está em risco. A opinião dele se baseia principalmente no mau desempenho dos partidos políticos e dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, que gozam de pouca confiança da população.

— A situação é preocupante. Se não reagirmos agora, estaremos piores na próxima pesquisa — afirmou em discurso no Plenário, na sexta-feira.

Segundo o senador, quando a população não acredita nos partidos nem nos parlamentares, o processo democrático fica fragilizado e se cria um ambiente propício para um regime de exceção.



Para Cristovam, país está perdendo a corrida da educação

Educação segura crescimento do IDH, diz Cristovam

Apesar de o Brasil ter melhorado no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), ainda continua abaixo das expectativas. A opinião é do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que analisou os resultados apresentados na segunda-feira passada.

Segundo Cristovam, o Brasil está melhorando, mas não suficientemente. Ele ressaltou que a melhora nos últimos dez anos (2001 a 2010) foi menor que a registrada nos dez anos anteriores (1991 a 2000). O senador explicou que o que puxa o IDHM para baixo é a educação.

— O desempenho do país na educação ficou na faixa de desenvolvimento médio, enquanto a renda e a longevidade receberam respectivamente as qualificações alta e muito alta — disse.



Wellington atribui bons resultados no IDH ao trabalho de Lula e Dilma

Wellington comemora melhoria no IDH do Piauí e do Brasil

O senador Wellington Dias (PT-PI) comemorou em Plenário, na quinta-feira, a melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do seu estado, o Piauí, e do Brasil nos últimos 20 anos.

Citando dados do *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013*, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Wellington Dias disse que o IDH do Brasil cresceu 47,8% e o IDH do Piauí cresceu 74%.

O parlamentar salientou que os dados revelam um grande avanço na qualidade de vida, ocorrido graças a decisões acertadas durante os governos do ex-presidente Lula e da presidente Dilma.

— Essa evolução [no IDH] sinaliza que o país está conseguindo reduzir as disparidades históricas de desenvolvimento humano — disse.



Lindbergh Farias: ministro se precipitou ao criticar brasileiro

Lindbergh apoia representante do Brasil no FMI

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) repudiou o “tom precipitado” com que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, posicionou-se contra a decisão do representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), Paulo Nogueira Batista, que se absteve de votar na questão da ajuda financeira da instituição à Grécia.

Lindbergh disse que o representante do Brasil no FMI revelou os “absurdos” que estão incluídos nas cláusulas do acordo de ajuda à Grécia, que conta com o apoio do governo brasileiro.

O senador aplaudiu a “coragem” do representante do Brasil no FMI e disse que sentiu “orgulho” de Paulo Nogueira Batista, que representa 11 países na instituição.



Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo (E) fala sobre espionagem ao lado Ferraço (C), Zeze Perrella e Randolfe (de pé)

Lobão debate hoje novo código da mineração

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, participará hoje de uma audiência pública no Senado sobre o marco regulatório da mineração.

A audiência faz parte do ciclo de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país, da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O marco regulatório da mineração (PL 5.807/2013) foi proposto pelo governo federal em junho e está sendo analisado pela Câmara dos Deputados para depois ser votado no Senado.

O projeto cria o Conselho

Nacional de Política Mineral (CNPMP), para a formulação da política para geologia e recursos minerais, e a Agência Nacional de Mineração (ANM), que substituirá o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM),



O ministro Edison Lobão, que falará aos senadores sobre mineração

órgão criado em 1934 e responsável pela fiscalização das atividades de mineração e execução da política mineral brasileira.

A proposta também estabelece novos requisitos para a concessão dos direitos de exploração de minérios e as normas e padrões para o aproveitamento dos recursos minerais. Entre as mudanças previstas, está a alteração na forma de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), os chamados royalties da mineração.

Ex-presidente da Petrobras explica refinaria nos EUA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) ouvirá amanhã o ex-presidente da Petrobras José Sergio Gabrielli. Os senadores querem esclarecimentos sobre a compra, em 2006, de uma refinaria no Texas, nos EUA.

No requerimento propondo a audiência, Ivo Cassol (PP-RO) citou informações publicadas

pela revista *Veja* de que a Petrobras comprou 50% da refinaria em 2006 e os demais



Gabrielli, que presidia a Petrobras na época da aquisição da refinaria

50% alguns anos depois, tendo gasto no total US\$ 1,8 bilhão — valor dez vezes superior à oferta que recebeu pela refinaria em dezembro do ano passado.

A operação está sendo investigada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Cassol cobra de Gabrielli, que presidia a Petrobras na época, explicações para a compra de uma refinaria “falida e deteriorada”.



Senadores votam em Plenário, em 4 de julho, penas para pessoas jurídicas que cometem atos contra a administração pública

Regra para punir corrupção de empresas agora é lei

Dilma sancionou projeto aprovado pelo Senado como pauta prioritária para responder às manifestações nas ruas. Também já viraram leis atendimento a vítimas de violência sexual e nova distribuição do FPE

APROVADA EM 4 de julho na agenda pautada pelo Senado para atender às demandas das manifestações de rua da sociedade, a chamada Lei Anticorrupção Empresarial foi sancionada quinta-feira pela presidente da República, Dilma Rousseff. A norma, derivada do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 39/2013, entra em vigor em 180 dias.

Empresas envolvidas em atos contra a administração pública terão de enfrentar penas mais rígidas, com multas de até 20% de seu faturamento bruto (ou de até R\$ 60 milhões, caso o faturamento não possa ser calculado), na proporção da gravidade da infração. Oferecer vantagem indevida a funcionário público e fraude em licitações são exemplos dos atos lesivos que serão enquadrados na nova lei.

Será criado o Cadastro Nacional de Empresas Punidas para tornar públicas as pessoas jurídicas que infringirem a lei. Pelas normas atuais, apenas as pessoas físicas flagradas em casos de corrupção são punidas.

Logo depois da aprovação do projeto pelo Plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros, classificou a proposta como “mecanismo fundamental” no combate à corrupção no país. O relator foi Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Vetos

A lei foi sancionada com três vetos da presidente Dilma. Um dos dispositivos vetados é o § 6º do artigo 6º, segundo o qual o valor da multa estabelecida não pode exceder o valor total do bem ou serviço contratado ou previsto. Segundo o Executivo, os efeitos danosos do ilícito

podem ser muito superiores, devendo ser consideradas outras vantagens econômicas dele decorrentes, além de eventuais danos a empresas concorrentes e prejuízo aos usuários. A presidente também retirou do texto o § 2º do artigo 19. O item diz que depende de comprovação de culpa ou dolo a aplicação de algumas das sanções previstas.

Na semana passada, a presidente Dilma também sancionou o projeto de lei que torna obrigatório e integral o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) para vítimas de violência sexual (PLC 3/2013). Outro projeto aprovado pelo Congresso no esforço concentrado de junho e que já virou lei foi o PLS 240/2013, que estabeleceu as novas regras para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Autonomia à Defensoria será promulgada amanhã

O Congresso se reunirá amanhã para promulgar a proposta de emenda à Constituição que concede autonomia administrativa e funcional às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal (PEC 82/2011). A convocação foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a PEC 82/2011 foi aprovada no

Senado em 2012 e na Câmara no mês passado. A PEC estende às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal a autonomia funcional e administrativa concedida às defensorias estaduais com a chamada reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45/2004). A matéria garante a essas defensorias a iniciativa de realizar sua proposta orçamentária.

Em evento, Dilma sanciona hoje Estatuto da Juventude

A lei que institui o Estatuto da Juventude será sancionada hoje pela presidente Dilma Rousseff, em evento marcado para as 15h, no Palácio do Planalto. O presidente do Senado, Renan Calheiros, participará da cerimônia.

O texto é uma declaração de direitos da população jovem — 51 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos. O estatuto faz com que direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e

cultura, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens.

A partir de agora, será obrigatória a criação de espaços para ouvir a juventude, estimulando sua participação nos processos decisórios, com a implantação dos conselhos estaduais e municipais de juventude.

Depois de nove anos de tramitação, o estatuto (PLC 98/2011) foi aprovado no mês passado no Congresso.



No Senado, entidades defendem a aprovação do Estatuto da Juventude

Capiberibe busca solução para atendimento de saúde no Amapá

O senador João Capiberibe (PSB-AP) chamou atenção para a crise enfrentada pelos municípios e ressaltou que, apesar de investimentos feitos pelo atual governo do estado em infraestrutura e equipamentos hospitalares, a rede assistencial de saúde já instalada no Amapá não tem sido suficiente para atender o volume crescente de pacientes. Ele explicou que, nos oito anos do governo anterior, nada foi feito, mas a população teve um acréscimo de 200 mil habitantes.

— É impossível atender a demanda crescente em função da crise das prefeituras. E isso atingiu o atendimento básico de saúde, fundamental para desafogar a rede mais especializada — lamentou Capiberibe.

Em busca de uma solução de emergência, o parlamentar fez um apelo por apoio do Ministério da Saúde.



Gerardo Magela/Agência Senado

Figueiró critica sugestão de arrendamento de terras em disputa no MS

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS), em discurso na sexta-feira, criticou a solução temporária que poderá ser apresentada pelo governo federal para a disputa entre índios terena e fazendeiros em torno da fazenda Buriti, em Sidrolândia (MS). Segundo Figueiró, fontes seguras informaram que o Executivo deverá propor o arrendamento das propriedades rurais invadidas por indígenas, enquanto não se chega a uma solução definitiva. O prazo do governo para acertar essa negociação encerra-se hoje.

Na opinião do parlamentar, os dois lados da disputa estão insatisfeitos com a solução temporária, porque ela mantém a instabilidade e a insegurança. Para ele, a solução só é boa para a União, que não precisaria desembolsar R\$ 2 bilhões para garantir as indenizações em Mato Grosso do Sul.

— Esse é o preço da paz — afirmou.



Gerardo Magela/Agência Senado

Sérgio Souza condena liminar de Joaquim Barbosa contra novos tribunais

Sérgio Souza (PMDB-PR) manifestou indignação com a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, de conceder liminar suspendendo os efeitos da Emenda Constitucional 73. O texto cria quatro tribunais regionais federais (em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus).

— Não podemos admitir que um juiz tenha lado quando vai julgar uma causa, ainda mais se for o presidente de um poder, que é o Poder Judiciário — disse.

Conforme Sérgio Souza, a proposta tramitou por 12 anos no Congresso, sendo improcedente a afirmação do presidente do STF de que foi aprovada “de forma sorrateira”. Ele também rebateu afirmação de Joaquim Barbosa de que a implantação dos tribunais custaria R\$ 8 bilhões:

— Vai custar R\$ 516 milhões. Induz a população brasileira ao erro.



Gerardo Magela/Agência Senado

Ana Rita diz que visita do papa Francisco ao Brasil ultrapassa expectativas

Em discurso no Plenário na quinta-feira, a senadora Ana Rita (PT-ES) destacou a visita do papa Francisco ao Brasil, para participar da Jornada Mundial da Juventude. A convite da presidente Dilma Rousseff, a senadora participou da solenidade de recepção ao pontífice no Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro.

— O papa impressionou pelo carisma, jovialidade e palavras — afirmou a senadora.

Ana Rita disse que o papa “não é Francisco por acaso” e elogiou o pontífice pelos ensinamentos nas pregações e pela opção por coisas simples. A senadora relatou que acompanhou por três dias o encontro do papa com os peregrinos participantes da Jornada da Juventude, ressaltando que 3,7 milhões de pessoas compareceram a evento com o papa em Copacabana.



Moreira Mariz/Agência Senado